

# “OPERAÇÃO LAGOSTA”: Lições de uma quase guerra\*

*É muito bom discutir acordos tendo, por trás  
de si, uma esquadra com credibilidade.*

Barão do Rio Branco

**MARCELO BARBOSA DE ANDRADE\*\***  
Primeiro-Tenente (AA)

---

## SUMÁRIO

Introdução  
Os países envolvidos  
Antecedentes  
A “batalha” diplomática  
A “guerra”  
Outros relatos  
Considerações finais  
Apêndice

## INTRODUÇÃO

As questões envolvendo disputas territoriais quase sempre foram motivo de contenda entre países fronteiriços, como a que ocorreu na chamada Guerra do Chaco – entre a Bolívia e o Paraguai – e na questão Letícia – entre a Colômbia e o Peru (DORATIOTO; VIDIGAL, 2014).

Por outro lado, disputas entre países não fronteiriços foram comuns nos locais onde havia possessões coloniais. Por diferenciar-se de ambos os casos, o tema estudado tornou o assunto sobre a Guerra da Lagosta intrigante.

A década de 1960 já se inicia bem conturbada. No auge da Guerra Fria, a União Soviética vence a corrida espacial

---

\* Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para aprovação no curso de graduação em História da Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá, sob orientação da Professora Adriana de Souza Carvalho.

\*\* Historiador graduado pela Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá.

ao enviar um homem – Yuri Gagarin – à órbita terrestre e trazê-lo em segurança. Surgem novos Estados independentes na África, e Berlim é dividida por um muro. Cuba, já sob domínio dos irmãos Castro, é cenário de um dos mais emblemáticos episódios da década: a Crise dos Mísseis. Mesmo com os esforços contra experiências nucleares, alguns países continuam a realizar testes com o fim de obter uma bomba atômica. Apesar de os anos 60 se caracterizarem pela desaceleração da economia mundial, o Japão apresentava altas taxas de crescimento.

No início da década de 1960, o Brasil, além das tão atribuladas questões internas, teve que se envolver em um conflito armado – nos moldes da Guerra Fria – com a França, na costa brasileira. Embarcações pesqueiras francesas realizavam suas atividades, sem autorização, em águas sob jurisdição nacional e, quando descobertas, foram apresadas pela Marinha do Brasil (MB) (BRAGA, 2004). Essa ação desencadeou um grande desentendimento entre a França e o Brasil, agravado com o envio de um navio de guerra francês ao nosso litoral.

No caso, não só os interesses dos pescadores e da indústria local foram afetados. Houve também a questão da soberania nacional, colocada à prova por um país que até então era considerado amigo e que sempre teve superioridade militar e econômica. De acordo com Carvalho (1999), outro ponto a ser considerado foi a contribuição deste episódio para o alargamento dos limites do mar territorial, os quais foram posteriormente conquistados por meio de acordos internacionais.

Observou-se como é importante que o Estado disponha de diplomatas influentes e Forças Armadas eficientes e prontas, como elementos de defesa dos interesses do povo brasileiro (PINTO, 2015). Como disse Rui Barbosa, “esquadras não se improvisam” (BARBOSA, 1896).

Assim, estudando os desdobramentos dos acontecimentos ocorridos entre março de 1961 e março de 1963, sobre a chamada “Guerra da Lagosta”, este artigo tem o propósito de despertar o interesse pelo evento, que provocou muita tensão nas relações do Brasil com a França e que teve seu auge nos dias do carnaval de 1963. Tal acontecimento não é muito conhecido e nem aparece na cronologia das relações bilaterais entre a França e o Brasil, publicada no *site* do Itamaraty<sup>1</sup>; entretanto, ele faz parte da história diplomática e militar-naval brasileira (DABUL, 1995; RAFFAELLI, 2003). Assim, este trabalho também buscou demonstrar a necessidade de diplomacia na resolução de conflitos entre Estados e a importância de uma Força Naval capaz de dissuadir quaisquer possíveis inimigos que se apresentem.

Para a elaboração deste artigo, foi realizada inicialmente uma pesquisa bibliográfica, com a investigação concentrada na análise de livros, artigos e revistas. Foi também efetuado contato com a Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha e com a revista *Forças de Defesa* para a aquisição de alguns periódicos, o que foi plenamente atendido. Ao mesmo tempo, foi realizada uma pesquisa documental em jornais da época disponíveis no acervo digital da Biblioteca Nacional. Para maior elucidação dos

1 Cronologia das relações bilaterais do Brasil com a França. Brasil, 2018. Disponível em: [http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=5176&Itemid=478&cod\\_pais=FRA&tipo=ficha\\_pais&lang=pt-BR](http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5176&Itemid=478&cod_pais=FRA&tipo=ficha_pais&lang=pt-BR). Acesso em: 2 mai. 2019.

fatos, também foi feita uma entrevista que serviu para buscar informações que, provavelmente, não seriam encontradas em fontes bibliográficas e que poderia ou não confirmar o que se havia publicado em jornais.

Como resultado deste trabalho, tem-se um documento com subsídios para reforçar a importância do estudo do tema, que, já nos momentos iniciais de pesquisa, mostrou-se tão desconhecido, excitante e de tamanha importância para o entendimento da atual conjuntura em que vivemos.

## OS PAÍSES ENVOLVIDOS

A França estava perdendo suas colônias na África e, conseqüentemente, áreas marítimas de exploração (MUNIZ, 2013). O General De Gaulle, atendendo ao clamor dos franceses, concordou em voltar ao poder somente se pudesse promover as mudanças institucionais que julgava necessárias. Eleito, assumiu a Presidência da República em janeiro de 1959, tendo como desafio uma situação econômica bastante desfavorável. Para se sobrepor a esse desafio, utilizaria os poderes que lhe foram conferidos para implementar uma variedade de ações, visando ao fortalecimento da economia e à elevação do nível de vida e de segurança dos seus cidadãos, além de assegurar ao país recursos tecnológicos que garantissem uma posição de destaque entre as potências do planeta. Para o general, era de grande importância afirmar a França como um ator independente em um mundo dividido pela Guerra Fria, pois não tinha a ilusão de que seu país pudesse rivalizar em poder e influência com a União Soviética e os Estados Unidos da América (EUA). Jamais aceitaria o alinhamento automático

da França com qualquer um desses (COLHO, 2014). No início dessa década, explode sua primeira bomba atômica (LIMA, 1993), e sua Marinha de Guerra tinha uma frota inferior à de antes do início da Segunda Guerra Mundial, mas conservara-se entre as maiores potências navais (CAMINHA, 1980).

Já o Brasil tem, em 1960, sua capital transferida do Rio de Janeiro para Brasília e, no ano seguinte, o recém-eleito Presidente da República, Jânio Quadros, renunciaria. É iniciada uma crise, pois a classe militar não aceitava a posse do vice João Goulart, por este ser considerado comunista. Goulart estava em viagem à China, e acabou assumindo, interinamente, o presidente da Câmara, Deputado Ranieri Mazzilli. Em 1962 é adotado o parlamentarismo, tendo o Deputado Tancredo Neves como primeiro-ministro. No início 1963 foi realizado um plebiscito e, como resultado, houve o restabelecimento do presidencialismo. João Goulart assume a Presidência. O Brasil, seguindo a Política Exterior Independente (PEI) – que se baseava em três pilares: política nacional de desenvolvimento econômico e social; diversificação dos laços internacionais (inclusive com países socialistas); e contribuição para a paz mundial (DORATIOTO; VIDIGAL, 2014) –, explicitou, na Conferência de Desarmamento – Genebra 1962, a inquietação do mundo a respeito da decisão das grandes potências de proceder a novas experiências nucleares. Quanto à Marinha do Brasil, a última “renovação” datava do acordo realizado com os Estados Unidos, a Lei de Empréstimo e Arrendamento (*Lend Lease*) – 1941, quando foram transferidos alguns navios, entre eles os contratorpedeiros classe *Pará* (SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO DA MARINHA, 2006).

## ANTECEDENTES

No início da década de 1960, cresce o interesse de armadores e pescadores bretões<sup>2</sup> pela lagosta existente no litoral do Nordeste brasileiro, principalmente depois que, devido à pesca predatória, ficaram escassos esses crustáceos nas suas ex-colônias africanas. Foi assim que uma delegação francesa chegou ao Recife para negociar a vinda de barcos com o ardid de realizar pesquisas sobre viveiros de lagosta, o que foi autorizado em março de 1961 (POGGIO, 2013). Porém, desconfiando da intenção francesa, o comandante do 3º Distrito Naval<sup>3</sup> – na época com sede em Recife (PE), hoje em Natal (RN) –, Contra-Almirante Augusto Roque Dias Fernandes, demonstrou a necessidade de manter a bordo de cada navio pesqueiro francês autorizado a realizar as supostas pesquisas representantes da Marinha atuando como fiscais de pesca (BRAGA, 2004).

Segundo Raffaelli (2003), os fiscais perceberam que os barcos capturavam lagosta em número muito acima do que seria necessário para a realização de uma pesquisa e que realizavam a captura de maneira predatória, com arrasto. Logo foi vedada a pesca, já que não haviam sido autorizados a realizá-la comercialmente, mas apenas em caráter de estudo. É importante ressaltar que a permissão emitida limitava-se a três barcos e foram enviados quatro, já demonstrando a má-fé dos armadores franceses. Com a denúncia da Marinha do Brasil a respeito do ocorrido, foi decidido cancelar a licença, tendo o último pesqueiro partido de volta à França no final de abril de 1961.

Passados alguns meses de insistência por parte dos grupos empresariais franceses, embarcações pesqueiras voltaram a visitar a costa brasileira. Em novembro de 1961, tornaram a solicitar uma nova permissão, com o fim de realizar pesquisas, ressaltando que esta atividade seria das águas territoriais brasileiras e que, além disso, havia a possibilidade de instalar uma indústria de pesca no Nordeste (BRAGA, 2004).

Numa tentativa de alertar para o perigo do que estava por vir, o chefe do Estado-Maior da Armada<sup>4</sup> (Cema), Almirante de Esquadra José Luiz da Silva Júnior, por ofício, transmitiu ao Ministério das Relações Exteriores (MRE) a comunicação feita pelo presidente da Federação de Pescadores do Ceará em que solicitava ao Presidente João Goulart providências quanto à vinda dos pescadores franceses, pois estes representavam uma ameaça à economia local e à continuidade do ciclo de vida da lagosta (RAFFAELLI, 2003).

## A “BATALHA” DIPLOMÁTICA

No início de 1962 ocorre o agravamento da situação: a Corveta *Ipiranga* apresou o pesqueiro *Cassiopée* no litoral cearense por este estar pescando sem autorização brasileira. Outros dois pesqueiros franceses foram avistados por navios da Marinha, mas, por decisão do Estado-Maior da Armada (EMA), eles não foram apresados. Por esse apresamento, o que antes era só um conflito de interesses com os pescadores franceses agora passa a envolver o governo francês, tendo início uma verdadeira batalha diplomática (POGGIO, 2013).

2 Povo originário da região da Bretanha, na França.

3 Para que a administração naval seja feita da melhor maneira possível, a Marinha do Brasil dividiu o País em Distritos Navais.

4 Na época, o chefe do EMA era o comandante operativo da Marinha.

Faz-se necessário ressaltar que o Código de Pesca, em vigor na época, em seu artigo 5º, determina que “somente aos brasileiros é facultado exercer ou explorar profissionalmente a pesca e indústrias correlatas” (BRASIL, 1938). Além disso, como afirmou o Almirante Oscar:

“Diga-se, de passagem e para nivelar conhecimento, pelo direito internacional, que a plataforma continental de um país ribeirinho é parte integrante do seu território e sobre a qual ele exerce total soberania. A pesca da lagosta no Nordeste brasileiro era realizada sobre a nossa plataforma continental e, portanto, em território brasileiro. [...] Tudo isso em detrimento na nossa fauna aquática e dos nossos pobres e modestos pescadores.” (SILVA, 2004)

Inicia-se uma “batalha” diplomática e, com isso, ressalta-se a importância dos diplomatas como negociadores em um conflito. A Embaixada da França no Brasil emitiu uma nota de contestação em que demonstrava a insatisfação quanto à ação brasileira de apresamento do lagosteiro *Cassiopee* e reivindicando o direito à pesca, apoiada na Convenção de Genebra de 1958, sobre a pesca em alto-mar. É importante citar que nem o Brasil e muito menos a França assinaram a referida Convenção. Além disso, pelo fato de o governo francês julgar o apresamento injusto e ilegal, considerava o direito de reclamar a reparação do prejuízo resultante do arresto (BRAGA, 2004).

Durante as negociações, as discussões sobre o tema incluíam, principalmente, a forma de deslocamento da lagosta. Pela Convenção de Genebra de 1958, é privilégio do país ribeirinho explorar os recursos do mar, inclusive os animais, desde que considerados espécies seden-

tárias, e assim seriam considerados os organismos vivos que se locomovessem constantemente em contato físico com leito do mar ou subsolo. Estariam assim qualificadas as lagostas (REVISTA MARÍTIMA BRASILEIRA, 1963).

Por conveniência, os franceses afirmavam que as lagostas encontradas na costa do Nordeste brasileiro eram originárias da França. Outro argumento apresentado por eles foi de que as lagostas se deslocam em expedições natatórias e que seria seu direito pescá-las. Pelos brasileiros, foi consultado sobre o assunto o experiente oceanógrafo Comandante (depois Almirante) Paulo de Castro Moreira da Silva, da MB. Ele afirmou que a lagosta é um animal “reptante”, que tem patas para se locomover (REVISTA MARÍTIMA BRASILEIRA, 1963). Pelo argumento francês de que a lagosta se deslocava dando saltos e que durante esses saltos ela nadava e, portanto, deveria ser considerada como peixe, o mesmo Comandante Paulo de Castro Moreira da Silva declarou que esta argumentação era descabida e pronunciou a frase que marcou as negociações: “Por analogia, se lagosta é peixe porque se desloca dando saltos, então o canguru é uma ave”. (POGGIO, 2013)

Nesse íterim, o governo francês propôs que a questão fosse levada a arbitramento, como estava previsto na Convenção Franco-Brasileira de Arbitragem, de 1909, mas o Brasil não concordou (LESSA, 1999). Seguiram-se mais navios apresados: em julho foi a vez do *Lonk Ael* e, em agosto, do *Folgor* e do *Françoise Christine*. Os comandantes dos navios apresados eram submetidos a inquérito, assinavam um termo se comprometendo a não mais voltar e eram liberados. Com as reincidências, o Comando do 3º Distrito Naval dirigiu-se ao cônsul francês referindo-se à falta de honra dos pesca-

dores quanto ao compromisso firmado, e este último, em defesa dos seus compatriotas, argumentou que não se havia compromisso, uma vez que os referidos pescadores foram coagidos a assinarem tal documento (BRAGA, 2004).

No final de 1962, a Embaixada do Brasil em Paris enviou ao Itamaraty uma cópia de matéria publicada em um jornal local sobre um caso envolvendo pescadores franceses e soviéticos. Estes estavam pescando arenque na

## A opinião de um país pode mudar de acordo com seus interesses

plataforma continental francesa. Desta vez, a França se posicionara de maneira contrária aos seus protestos a respeito do Brasil (BRAGA, 2004). Um claro exemplo de como a opinião de um país pode mudar de acordo com seus interesses.

Inicia-se 1963, e, sem perder tempo, a França envia uma missão ao Brasil que pretendia negociar a questão da pesca da lagosta e um possível acordo binacional. Ao mesmo tempo, um amigo do General De Gaulle – René Pleven, presidente da maior companhia de pesca da Bretanha – solicitou ao Quai D’Orsay<sup>5</sup> que enviasse uma mensagem ao Embaixador da França no Brasil, Jacques Baeyens, para que requisitasse ao governo brasileiro uma autorização para os seus navios pescarem na costa brasileira. Por sua vez, o Embaixador Baeyens obteve uma audiência com o Presidente João Goulart, que atendeu ao pleito francês. Logo em seguida, o Itamaraty divulgou nota de que, em caráter excepcional, o governo brasileiro iria autorizar



Figura 1 – Onde se pescava lagosta  
Fonte: Jornal *O Estado de S. Paulo* (23/2/1963)

5 O correspondente ao nosso Itamaraty.

a pesca da lagosta por navios franceses (BRAGA, 2004). O erro do Presidente brasileiro foi não buscar saber o que a sua assessoria diplomática e militar tinha a lhe dizer sobre o assunto.

Ao tomar conhecimento da vinda de pesqueiros franceses ao litoral nordestino sem autorização, a Marinha determinou que seus navios ficassem em estado de alerta e que patrulhassem a área. Apesar de já esperarem encontrar lagosteiros franceses em atividade ilegal, dessa vez houve maior resistência por ocasião da abordagem. A Corveta *Coimbra* detectou três pesqueiros e os avisou para que tomassem o rumo de Natal. Com a reação negativa, a corveta recebeu ordens para usar a “força na medida do necessário”. Foi quando as tripulações dos navios franceses, ao escutarem o soar do alarme de “postos de combate”<sup>6</sup> e ao observarem a tripulação do navio de guerra brasileiro guarnecendo a artilharia, mudaram de ideia e atenderam ao determinado (POGGIO, 2013).

O embaixador brasileiro em Paris enviou um telegrama para o MRE informando, entre outras coisas, que o jornal *Le Monde* havia noticiado que, por conta do apresamento dos três navios, a situação poderia se agravar; com os armadores franceses pedindo que seus navios fossem protegidos por um navio de guerra. O governo brasileiro buscava maneiras satisfatórias de chegar a um acordo, como foi acertado com outros países, desde que os franceses demonstrassem boa vontade. Foi assim que o MRE comunicou à

Embaixada da França que o Presidente havia resolvido autorizar lagosteiros franceses a pescar em águas brasileiras. Essa autorização teve impacto negativo na opinião pública, principalmente na dos nordestinos (BRAGA, 2004).

Iniciam-se os protestos dos pescadores e, com isso, a pressão sobre o Presidente para que ele não permitisse que lagosteiros franceses pescassem no litoral nordestino. Grupos de pescadores pernambucanos foram ao encontro do governador Miguel Arraes para comunicar que, em defesa dos seus interesses, estariam dispostos a ir até as últimas consequências. Se neces-

sário fosse, agiriam diretamente contra os pescadores franceses, seus barcos e seus representantes (REVISTA MARÍTIMA BRASILEIRA, 1963).

Outra situação denunciada pelos pescadores era a de que os lagosteiros franceses estavam praticando atos de pirataria, e logo a imprensa noticiaria as primeiras acusações, como se vê na notícia de primeira página do jornal *Diário de Pernambuco*:

“Comerciantes de lagostas irão denunciar a jango ação dos barcos piratas”

Industriais da lagosta em Pernambuco denunciaram ontem ao *Diário* que os barcos franceses que de há muito operam nas costas de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte estão a praticar verdadeiro ato de pirataria.

‘Além de roubarem nossas armadilhas de pesca – declarou o industrial

## **O erro do Presidente brasileiro foi não buscar saber o que a sua assessoria diplomática e militar tinha a lhe dizer sobre o assunto**

6 Condição em que a tripulação de um navio de guerra fica pronta para entrar efetivamente em combate.

e deputado Mucio Bandeira –, levam o nosso produto sem pagar impostos. Eles fazem transbordo<sup>7</sup> em alto-mar. O problema é muito grave. Para se ter uma ideia do prejuízo que causam à Fazenda Nacional, cito o exemplo de duas firmas existentes em Igarauçu, que, de impostos, cada uma paga mais que a Usina São José, que produz 300 mil sacos do açúcar.

[...] Os referidos navios pesqueiros são do alto porte, possuem autonomia de operação no curso França-Brasil, e enormes frigoríficos’. (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 10-02-1963)

Após essa notícia, chegou ao conhecimento da população outra matéria, a de que um lagosteiro francês havia abalroado<sup>8</sup> uma jaganda brasileira:

vulgou uma nota afirmando que o governo havia decidido revogar a autorização dada no dia 8 de fevereiro, com o prazo limite de fim das atividades pesqueiras para o dia 20 seguinte (BRAGA, 2004).

Um fato interessante foi a frase atribuída ao Presidente da França, que a teria dito por ter se irritado com a atitude do governo brasileiro de cancelar a autorização aos lagosteiros: “*Le Brésil n’est pas un pays sérieux*” (“O Brasil não é um país sério”). (POGGIO, 2013)

Segundo Braga (2004), outra versão foi dada pelo embaixador brasileiro em Paris, Carlos Alves de Souza Filho, sobre a origem dessa frase, de que ela seria um equívoco de um jornalista que, após ter tido uma conversa com o embaixador, a divulgou como sendo do General De Gaulle.

É chegado o dia 20, data do encerramento da autorização especial dada para captura de lagostas pelos lagosteiros franceses. Como uma das primeiras ações, a Corveta *Forte de Coimbra*, cumprindo-lhe o que fora determinado, parte rumo à área marítima onde se encontravam os lagosteiros franceses. Foram notificados os navios *Banc D’arguin*, *Gotte*, *Folgor* e *Lonk-Ael* (BRAGA, 2004).

A reação do governo francês à notícia da suspensão da autorização foi desproporcional: seria enviado um navio de guerra para a proteção aos lagosteiros franceses. A diplomacia estava no fim e iniciava-se a “fase militar” (POGGIO, 2013).

A reação do governo francês à notícia da suspensão da autorização foi desproporcional: seria enviado um navio de guerra para a proteção aos lagosteiros franceses. A diplomacia estava no fim e iniciava-se a “fase militar” (POGGIO, 2013).



Figura 2 – Franceses atacam pesqueiros  
Fonte: *Diário de Pernambuco* (16/2/1963)

Devido à repercussão negativa da autorização dada pelo Presidente João Goulart para que os pesqueiros franceses exercessem suas atividades no litoral brasileiro, reuniram-se os ministros da Agricultura, José Ermínio de Moraes; da Marinha, Almirante de Esquadra Pedro Paulo de Araújo Suzano; e das Relações Exteriores, Embaixador Hermes Lima, para tratar do assunto e, após deliberação, o Itamaraty di-

7 Transferência de carga entre embarcações.

8 Colisão entre embarcações.

## A “GUERRA”

A decisão do envio de um vaso de guerra para garantir as atividades dos pescadores franceses foi comunicada, oficialmente, pelo embaixador da França em 21 de fevereiro de 1963, quinta-feira de carnaval (LESSA, 1999). O navio designado para a missão foi o Contratorpedeiro *Tartu*, que se encontrava no litoral africano com outros navios de guerra franceses, realizando treinamentos de combate. O Grupo-Tarefa (GT) do qual o *Tartu* fazia parte era composto pelos seguintes navios: Navio-Aeródromo *Clemenceau*; Cruzador *De Grasse*, Contratorpedeiros *Cas-sard*, *Jaureguiberry*, *Piccard* e *Vedeenn*; Contratorpedeiros de Escolta *Gascon*, *Agenais* e *Bernais*; Navio-Tanque *Baise* e Navio-Tênder *Paul Goffeny* (BRAGA, 2004).

O embaixador brasileiro em Paris, em tratativas com o secretário-geral do *Quai D’Orsay*, Embaixador Carbonnel, manifestou a preocupação quanto às graves consequências do envio do navio de guerra francês, que poderia até evoluir para um conflito. Obteve como resposta do representante francês de que já estariam em conflito (BRAGA, 2004).

Nesse mesmo dia, reuniram-se o Presidente João Goulart e os ministros da Marinha e da Aeronáutica para tratar do

“conflito”. Foi decidido que era necessário reforçar as defesas no Nordeste, com o deslocamento de pessoal e de meios militares provindos do Rio de Janeiro. A essa mobilização foi dada o nome de Operação Lagosta (MUNIZ, 2013). Numa situação como essa é que se percebe, talvez tardiamente, a importância de se ter uma Força Naval bem aparelhada e com pessoal bem preparado.

Segundo Enders (2008), um fato a ser considerado é que o Rio de Janeiro, até 1968, ainda se comportava como capital federal, podendo-se concluir que as principais instituições da Administração Federal, inclusive as Forças Armadas, ainda se concentravam nessa cidade.

O ministro da Marinha determinou a criação de um Grupo-Tarefa, que deveria ser composto de um cruzador e quatro contratorpedeiros. Eles deve-

riam suspender imediatamente rumo ao Recife. Num segundo momento, deveriam incorporar a esse GT outro cruzador e outros contratorpedeiros, contratorpedeiros de escolta e submarinos. Além disso, todas as Organizações Militares (OM) de apoio logístico da Marinha e o Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (AMRJ)<sup>9</sup> deveriam ficar a postos 24 horas por dia (BRAGA, 2004).

Para que os navios se fizessem ao mar, foi necessário vencer o principal inimigo:

**Era necessário reforçar as defesas no Nordeste com a Operação Lagosta. Numa situação como essa se percebe a importância de se ter uma Força Naval bem aparelhada e com pessoal bem preparado**



**Não se pode improvisar uma Força Naval**

9 Organização Militar da Marinha do Brasil responsável por gerenciar e executar programas de construção e reparo das unidades navais.

os problemas administrativos. Foi verificado que os militares tripulantes dos navios encontravam-se de férias coletivas. Outra necessidade, causada pela falta de recursos, era a aquisição de sobressalentes e de material de uso comum (papel, graxa etc.). Também foi necessário arrendar um navio da Petrobras (após incorporado, batizado de Navio-Tanque *Mato Grosso*), de 7.000 toneladas, pois a Marinha não dispunha de um navio-tanque com essa capacidade (POGGIO, 2013). Isso reforça a teoria de que não se pode improvisar uma Força Naval.

Quanto aos navios disponíveis, os contratorpedeiros da classe *Pará*, que foram recebidos dos Estados Unidos pelo acordo militar chamado *Lend Lease*, eram os que estavam em melhores condições. Os demais, a maioria adquirida durante a Segunda Guerra Mundial, estavam uns em reparo e outros apresentando problemas até de restrição de velocidade. Já os submarinos, apenas o *Riachuelo* (o outro era o *Humaitá*) tinha condições de ser utilizado, mas seriam necessários alguns dias para colocá-lo em operação. Além das precárias condições dos navios, a situação da munição – não havia o suficiente para sustentar um breve combate – e dos equipamentos de abandono e salvamento que, pela falta de verbas, não havia em número suficiente para todos os tripulantes, era desanimadora. A Força Aérea Brasileira (FAB) ficou encarregada de realizar as missões de esclarecimento com suas aeronaves B-17, P-15 e P-16 (POGGIO, 2013).

Fatos curiosos ocorreram durante as hostilidades: em pleno estado de guerra, os navios participantes, já desfalcados, receberam a ordem para que alguns oficiais de suas tripulações se apresentassem em outras unidades – OM administrativas – em substituição aos que foram designados para realizar cursos de carreira (SILVA, 2004); a FAB e a MB não possuíam bom relacionamento devido à problemática de a quem caberia administrar as aeronaves no recém-adquirido porta-aviões brasileiro, o *Minas Gerais* (POGGIO, 2004); brasileiras em Paris desfrutavam do baile de carnaval no *Maison Brésil* fantasiadas de lagostas, enquanto tocava uma paródia – “Você pensa que lagosta é peixe?...” (JORNAL DO BRASIL 24/25-02-1963); e a insensatez presidencial de viajar em proveito do feriado de carnaval, enquanto era realizada uma importante reunião do Conselho de Segurança Nacional para tratar sobre o embate, que teve de ser conduzida pelo ministro das Relações Exteriores. Este último fato foi o que mais se destacou. Nessa mesma reunião, houve o consenso de que o estado de beligerância estava próximo (BRAGA, 2004).

Pelo que foi apresentado nas manchetes dos jornais, a “guerra” que estava acontecendo em alto-mar ainda não havia alcançado a comoção popular, como se pode observar na matéria abaixo, em que a manchete do conflito compartilha a mesma página com outra, das comemorações de carnaval:



Figura 3 – Guerra x Carnaval  
 Fonte: Jornal *Última Hora* (23/2/1963)

Também foi veiculada a notícia de que o Ministro Hermes Lima havia proposto ao Presidente da República que, na hipótese de o governo francês não rever sua decisão de mandar navios de guerra para proteger os lagosteiros franceses em águas brasileiras, deveríamos romper relações diplomáticas com a França, que se determinasse à Marinha do Brasil a apreensão de todos os lagosteiros franceses no litoral brasileiro e que os navios de guerra brasileiros contra-atacassem na hipótese de serem atacados pela Marinha francesa (JORNAL ÚLTIMA HORA, 22-02-1963).

Essa tarefa ficou bem difícil, pois a maioria dos navios de guerra brasileiros não estava em condições de entrar em operação, e a intenção de formar um GT com vários navios se limitou, inicialmente, a apenas dois, os Contratorpedeiros *Paraná* e *Pernambuco* (POGGIO, 2013).

Enquanto as tensões entre a França e o Brasil se intensificavam, um pedido de um representante do embaixador dos Estados Unidos causou estranheza. Na madrugada do domingo de carnaval, o adido naval dos EUA solicitou ao chefe do Estado-Maior da Armada (Cema) que o recebesse, sob a alegação de se tratar de assunto de extrema urgência. Dizia ele que o embaixador dos EUA o mandara informar que havia recebido ordens do Departamento de Estado para que comunicasse da situação dos navios cedidos pelo *Lend Lease* e que estes regressassem, pois a lei americana proíbe o uso desses navios contra qualquer aliado dos Estados Unidos (DABUL, 1995). Ele obteve a seguinte resposta do Cema:

“Peço ao *captain* para solicitar ao Exmo. Sr. Embaixador dos EUA que comunique ao seu Governo, [...] que, inspirado nos fundamentos do pan-americanismo, [...], o Brasil cortou relações diplomáticas, e depois, manteve

o estado de beligerância com o Japão, em virtude da agressão ao território americano sofrido com o ataque a Pearl Harbor. O Brasil honrou o seu compromisso assumido por ocasião da Conferência de Havana em 1940, onde se declarou que um ataque por um Estado não americano contra qualquer Estado americano é considerado como ataque contra todos os Estados americanos. Sabemos que os EUA têm compromissos políticos e militares com a França em virtude do tratado do Atlântico Norte, [...] Entretanto, antes desse Tratado, os EUA em 1947, [...], lideraram a assinatura do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (Tiar), que teve como propósito prevenir e reprimir as ameaças e os atos de agressão a qualquer dos países da América, baseado nos princípios de solidariedade e cooperação interamericanas. Assim sendo, configurando a agressão francesa, como anunciado em Paris, o Brasil espera que os EUA honrem os seus compromissos na defesa coletiva do continente americano declarando guerra contra a França, como o Brasil honrou seus compromissos declarando guerra contra os japoneses na II Guerra Mundial, sem nunca ter sido agredido por eles. E está dispensado e pode se retirar” (DABUL, 1995).

Se possuíssemos, já naquela época, uma forte indústria de defesa, não teríamos a necessidade de ser surpreendidos por inoportuna exigência.

Na terça-feira de carnaval, uma aeronave da FAB avista o Contratorpedeiro *Tartu* nas proximidades da ilha de Fernando de Noronha. Com isso, não eram mais apenas alguns navios realizando pesca ilegal. Configurava-se uma ofensa a nossa soberania (BRAGA, 2004).

O *Tartu* passou a ser acompanhado constantemente pelas nossas aeronaves. Num momento ousado dos pilotos, durante uma missão noturna, duas aeronaves se aproximaram do *Tartu* com as suas luzes apagadas e, num voo rasante sobre o contratorpedeiro, acenderam todas as luzes. Foi possível observar que os tinha surpreendido pela movimentação de marinheiros correndo no convés (POGGIO, 2013).

Silva (2004) diz que o Contratorpedeiro *Paraná*, na manhã de 27 de fevereiro de 1963, entrou na área de pesca e, após detectado o *Tartu*, foi realizada uma aproximação. Durante a passagem, um pelo outro e em sentidos opostos, fizeram o que é de costume entre navios não beligerantes:

cumprimentaram-se com toques de apitos e continências. Após alguns dias de operação, o *Paraná* foi substituído por outro contratorpedeiro e regressou para o Recife, onde faria alguns reparos.

Em nota à imprensa, o ministro da Marinha informou que a França havia direcionado quatro navios, inclusive o Porta-Aviões *Clemenceau*, para garantir que os lagosteiros franceses continuassem a atuar em nossa plataforma continental. Também declarou que era “preciso que o povo brasileiro tome conhecimento do que existe e compreenda o que está em jogo nesse episódio da pesca da lagosta” e disse, ainda, que também era “indispensável que nos capacitemos, que se trata agora de preservar nossa soberania”, pois “os povos só são realmente grandes quando têm o respeito de todas

as nações”. (JORNAL CORREIO DA MANHÃ, 28/2/1963).

Para fortalecer o GT já em atividade, a Marinha do Brasil envia mais dois navios, o Cruzador *Barroso* e o Contratorpedeiro *Marcílio Dias*. Mesmo com essa tentativa de demonstração de poder, havia comentários de que toda a esquadra brasileira não seria capaz de enfrentar o Navio-Aeródromo *Clemenceau* e o Cruzador *De Grasse* (JORNAL CORREIO DA MANHÃ, 01-03-1963).

Além disso, se veiculavam duas matérias interessantes sobre o assunto nos periódicos da época: uma foi no jornal francês *Le Monde*, que chegou a insinuar que os EUA estariam tentando agravar a

crise, pois não estavam gostando da possibilidade de os franceses terem poder de influência na América Latina; a outra, na edição europeia do *New York*

*Herald Tribune*, mencionava que havia comentários sobre o contrabando de areia monazítica<sup>10</sup> do litoral nordestino, pelos navios franceses (JORNAL CORREIO DA MANHÃ, 1/3/1963).

Segundo Poggio (2013), para dar suporte aos outros navios que foram designados para atender à Operação Lagosta – Cruzador *Tamandaré*; Contratorpedeiros *Apa* e *Acre*; Navios-Varredores *Javari*, *Juruá*, *Juruena* e *Jutai*; e os Contratorpedeiros de Escolta *Bertioga* e *Baependi* (que estavam numa missão conjunta com outras nações – inclusive a França – na Operação Equalant<sup>11</sup>) –, houve a necessidade de redirecioná-los para o porto de

## Povos só são realmente grandes quando têm o respeito de todas as nações

10 Tipo de mineral radioativo. Utilizado em pesquisas para otimizar a produção de bombas atômicas (*Gazeta Online*, 28/8/2015).

11 Missão que tinha por propósito realizar levantamento hidrográfico.

Salvador, pois o de Recife não possuía infraestrutura para atender a todos os navios envolvidos na operação. Percebe-se que “tudo o que flutuasse e atirasse estava se deslocando para o Nordeste”.

De acordo com o acompanhamento realizado pela Marinha do Brasil, estava previsto para o dia 2 de março de 1963 o encontro do *Tartu* e dos lagosteiros, como o Navio-Tênder *Paul Goffeny*, e foi determinado que o Contratorpedeiro *Pará* acompanhasse esse encontro. Após algumas horas passadas do encontro, o *Tartu* tomou rumo em direção ao continente africano, o que levou a acreditar que ele não mais participaria dessa missão. Assim, o *Paul Goffeny* – um navio de guerra de menor capacidade ofensiva –, ficaria com os lagosteiros franceses (BRAGA, 2004).

Já os navios de guerra brasileiros continuavam tendo a necessidade de sofrer reparos de emergência. Os pesqueiros franceses iniciam sua retirada, sendo no dia 10 de março de 1963 a partida do *Paul Goffeny* com os restantes dos lagosteiros. Soube-se depois que não estavam conseguindo pescar e que, com isso, foi gerado um grande prejuízo. Então, a deci-

são da retirada foi mais econômica do que política (POGGIO, 2013).

Após a saída dos navios franceses, já se comentava que a guerra chegara ao fim. A França mais uma vez tenta levar o assunto à Corte de Arbitragem de Haia (MUNIZ, 2013), e a Marinha do Brasil determina que seus navios retornem para o Rio de Janeiro (BRAGA, 2004). Entende-se que, com isso, retornam as tratativas no meio diplomático.

O depoimento de Machado, militar da MB que participou da Operação Lagosta a bordo do Contratorpedeiro de Escolta *Baependi*, resume a guerra:

“Lembro que antes do conflito havia muito comentário sobre a invasão dos barcos pesqueiros franceses na nossa costa. Os nossos pescadores foram encurralados, perdendo seu espaço para a pesca. A bordo do *Baependi*, o que se contava era que a Marinha do Brasil entrou para proteger nossa costa e a Marinha francesa ameaçou mandar seus barcos pesqueiros escoltados pela Marinha de guerra. Nós ficamos guarnecendo a costa, patrulhando para proteção dos nossos

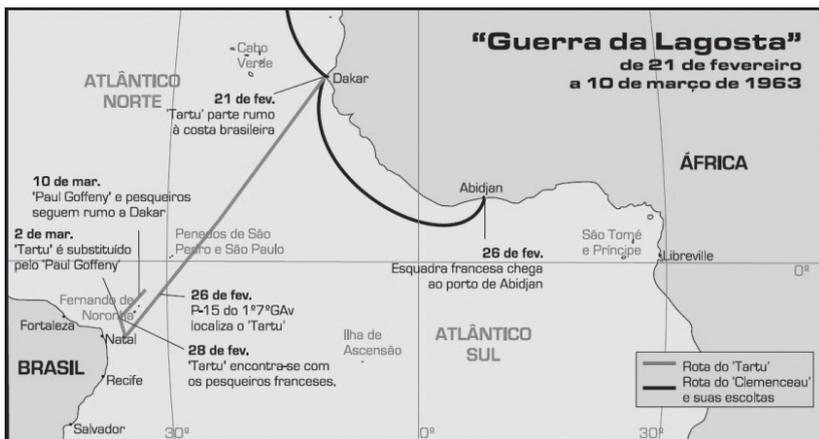


Figura 4 – Rotas dos navios franceses  
Fonte: Poggio (2013)

pescadores. [...] Com a notícia de que essa ‘guerra fria’ havia sido resolvida diplomaticamente, nós pudemos voltar para terra” (MACHADO, 2019).

## OUTROS RELATOS

Ocorreram alguns casos interessantes sobre manifestações de populares quanto ao episódio da Guerra da Lagosta: um grupo explodiu bombas *molotov* na sede da União Cultural Francesa de Campinas e pichou suas paredes com a frase “A lagosta é nossa” (O POTI, 3/3/1963); e um aposentado foi preso por ter pichado a fachada da Embaixada da França, no Rio de Janeiro (MUNIZ, 2005).

Sobre a areia monazítica, também já se noticiava havia tempos a sua extração ilegal. No jornal *Correio da Manhã* (8/3/1963), na coluna “Por trás da notícia”, insinua-se que a crise envolvendo a pesca da lagosta foi um pretexto do governo francês para contrabandear esse tipo de mineral radioativo, já que aumentaram as dificuldades para conseguir tais minerais por terem perdido suas colônias africanas, e a França não poderia deixar de ser reconhecida como uma nação pertencente ao seletivo grupo dos países com armas nucleares. Esse tema também foi motivo de denúncia, pelo Deputado Federal (UDN-MA) Pedro Braga, de que a referida areia estava sendo contrabandeada (BRASIL, 1963).

Além da intenção oficialmente prolapada, que era a pesca da lagosta, e a da suposta verdadeira intenção, que era a de contrabandear areia monazítica nos

porões dos navios lagosteiros, o General De Gaulle já mostrava sua pretensão de dar prosseguimento à “política de grandeza” – que tinha por propósitos principais o desenvolvimento da economia e a política externa independente – na América Latina, com ajuda técnica e econômica (ABREU, 2013).

Em complemento ao assunto, vale citar outras “guerras” envolvendo navios pesqueiros e uma Força Naval:

<b>1 9 5 5</b>	<i>O Governo do Equador determina a apreensão de pesqueiros norte-americanos na plataforma continental equatoriana.</i>
<b>1 9 5 8</b>	<i>A Inglaterra e a Islândia declaram-se em guerra pelo bacalhau. A guerra durou três anos.</i>
<b>1 9 6 0</b>	<i>Barcos pesqueiros de camarão, dos Estados Unidos, são abordados ao largo da costa mexicana por belonaves da Marinha de Guerra do México. * Submarinos soviéticos forçaram barcos pesqueiros dos Estados Unidos a se retirar das zonas russas de pesca de siri. E a III Guerra ia começando quando o Departamento de Estado intimou pesqueiros soviéticos a deixar em paz os siris do Alasca.</i>
<b>1 9 6 1</b>	<i>Belonaves da Marinha de Guerra da Dinamarca abrem fogo contra barcos de pesca da Escócia que manobravam no plataforma continental dinamarquesa.</i>

Figura 5 – Breve histórico  
Fonte: *Jornal do Brasil* (20/3/1963)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que se pode aprender com tudo isso é que o pouco conhecido episódio da nossa história chamado de “Guerra da Lagosta” mostrou-se importante para a nossa compreensão dos fatos ao entorno dos relacionamentos entre países e o quanto um conflito de interesses pode gerar uma guerra. Na época, tudo levou a crer que a Guerra da Lagosta teve seu início por motivações econômicas e que, como não

foi resolvida no campo da diplomacia, teve que ser tratada com o emprego das Forças Armadas.

Como ainda é hábito, os políticos não deram a devida importância às assessorias dos diplomatas e dos militares para a solução de um problema um tanto delicado. Interessante foi que, no auge da “guerra”, os líderes do Brasil deram prioridade aos festejos de carnaval. Da mesma maneira se comportou a população, pois, com a sua falta de consciência política e patriotismo, foi notório, e ainda é assim, o hábito que a maioria dos brasileiros tem de fazer anedotas com assuntos importantes.

O crescimento de guerras provocadas pela escassez de recursos naturais deve despertar a atenção para as investidas estrangeiras em nosso território, pois o Brasil possui, em abundância, tais recursos. Das mais variadas formas de abordagem, que podem ser desde o subterfúgio da defesa do meio ambiente até a defesa dos interesses de alguma autointitulada etnia, associada à corrupção da política e à falta de uma mentalidade marítima do povo brasileiro, tudo isso pode contribuir para um novo embate, semelhante ao que foi estudado.

Quanto às negociações, para a Guerra da Lagosta faltou um diplomata com a tenacidade e inteligência do Barão do Rio Branco. A insistência em não permitir que armadores franceses pescassem em águas brasileiras se tornou insustentável, o que

gerou um conflito armado com potencial de tomar proporções catastróficas para o povo brasileiro. A soberania sobre a plataforma continental com certeza não seria afetada se houvesse realizado acordos bilaterais.

As constantes mudanças das necessidades e dos interesses dos povos têm exigido cada vez mais das relações internacionais e, com isso, diplomatas melhor preparados e prontos a mediar crises. Esses articuladores da política externa são, muitas vezes, os responsáveis pela manutenção da paz, que, no caso da Guerra da Lagosta, não alcançaram seu principal propósito. A tradicional existência

pacífica desta nação foi afetada por um agente externo, que nos impôs o uso da Marinha para defesa do nosso território.

Já as Forças Armadas brasileiras, que com escassos recursos se mantêm em condições de

pronto emprego, têm-se posto a repelir ações de possíveis agressores. No episódio estudado, foi preponderante a atuação da Marinha do Brasil, ao demonstrar sua disposição ao combate, mesmo com meios navais obsoletos e com carência de reparos. Tratando-se de guerra no mar, e mesmo em tempo de paz, uma Força Naval tem que ser mantida em condições de operar em toda a extensão do seu litoral.

Quando os diplomatas não alcançam seus propósitos, é desejável ter Forças Armadas capazes de dissuadir as possíveis ameaças ou, se necessário for, prontas para defender o futuro da Pátria.

**Tratando-se de guerra no mar, e mesmo em tempo de paz, uma Força Naval tem que ser mantida em condições de operar em toda a extensão do seu litoral**

📁 CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:  
<GUERRA>; Guerra da Lagosta; Relações Internacionais;

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, GUILHERME MATTOS DE. “Charles de Gaulle: A Guerra da Lagosta e a Diplomacia Naval”. *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, p. 33-38, out-dez 2013.
- BARBOSA, Rui. *Cartas de Inglaterra*. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1896, p. 162. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/222284>. Acesso em: 7 abr. 2019.
- BRAGA, C. C. *A Guerra da Lagosta*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2004.
- BRASIL. Decreto-Lei nº 794, de 19 de outubro de 1938. Aprova e baixa o Código de Pesca. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-794-19-outubro-1938-350346-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 15 abr. 2019.
- BRASIL, CONGRESSO NACIONAL. *Diário do Congresso Nacional*. Brasília: Seção I, a. 18 n. 54, p. 2500, mai 1963. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/montaPdf.asp?narquivo=DCD18MAI1963.pdf&npagina=2>. Acesso em: 15 abr. 2019.
- CAMINHA, J. C. *História Marítima*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.
- CARVALHO, G.L.C. “O mar territorial brasileiro de 200 milhas: estratégia e soberania, 1970-1982”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 42, n. 1, p. 110-126. Jan – jun 1999. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-73291999000100005](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73291999000100005). Acesso em: 29 abr. 2019.
- COELHO, R. C. *De Gaulle: o homem que resgatou a honra da França*. São Paulo: Contexto, 2014.
- CORREIO DA MANHÃ. “Brasil remete mais forças ao NE”, Rio de Janeiro, p. 1, 28 fev. 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842\\_07&pasta=ano196&pesq="em+jogo+nesse+episódio+da+pesca+da+lagosta"](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_07&pasta=ano196&pesq=). Acesso em: 9 abr. 2019.
- CORREIO DA MANHÃ. “Marinha com três navios no Nordeste resolveu agora mandar mais dois”, Rio de Janeiro, p. 1, 1 mar. 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842\\_07&pasta=ano196&pesq=zona+aérea+entrou+em+alerta](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_07&pasta=ano196&pesq=zona+aérea+entrou+em+alerta). Acesso em: 9 abr. 2019.
- CORREIO DA MANHÃ. “Caso Brasil-França é insuflado pelos EUA, segundo *Le Monde*”, Rio de Janeiro, p. 1, 1 mar. 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842\\_07&pasta=ano196&pesq=zona+aérea+entrou+em+alerta](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_07&pasta=ano196&pesq=zona+aérea+entrou+em+alerta). Acesso em: 9 abr. 2019.
- CORREIO DA MANHÃ. Lacerda, Maurício Caminha de. “Por trás da notícia – Lagosta Radioativa”, Rio de Janeiro, p. 2, 8 mar. 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842\\_07&pasta=ano196&pesq=lagosta+radioativa](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_07&pasta=ano196&pesq=lagosta+radioativa). Acesso em: 9 abr. 2019.
- DABUL, AMAURY. “A Guerra da Lagosta: A busca da verdade histórica”. *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, p. 240-242, abr – jun 1995.
- DIÁRIO DE PERNAMBUCO. “Comerciantes de lagostas irão denunciar a Jango ação dos barcos piratas”, Recife, p. 1, 10 fev. 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033\\_14&pasta=ano196&pesq=comerciantes+de+lagostas+irão+denunciar](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_14&pasta=ano196&pesq=comerciantes+de+lagostas+irão+denunciar). Acesso em: 9 abr. 2019.
- DIÁRIO DE PERNAMBUCO. “Franceses atacam pesqueiro do Brasil no litoral nordestino”, Recife, p. 1, 16 fev. 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033\\_14&pasta=ano196&pesq=comerciantes+de+lagostas+irão+denunciar](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_14&pasta=ano196&pesq=comerciantes+de+lagostas+irão+denunciar). Acesso em: 9 abr. 2019.
- DORATIOTO, F.; VIDIGAL, C. E. *História das Relações Internacionais do Brasil*. São Paulo: Saraiva, 2014.
- REVISTA MARÍTIMA BRASILEIRA. “Eles pensam que lagosta é peixe”, Rio de Janeiro, p. 206-212, abr – jun 1963.
- ENDERS, A. *A história do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Gryphus, 2008.

- GAZETA *ON LINE*. Especial – “A Guerra de Guarapari: uma história sobre praias tropicais, bombas atômicas, riqueza e exploração no litoral brasileiro”, Espírito Santo, 2015. Disponível em: <https://especiais.gazetaonline.com.br/bomba/>. Acesso em: 9 abr. 2019.
- INTRODUÇÃO À HISTÓRIA MARÍTIMA BRASILEIRA. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2006.
- ITAMARATY. Cronologia das relações bilaterais do Brasil com a França. Brasil, 2018. Disponível em: [http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=5176&Itemid=478&cod\\_pais=FRA&tipo=ficha\\_pais&lang=pt-BR](http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5176&Itemid=478&cod_pais=FRA&tipo=ficha_pais&lang=pt-BR). Acesso em: 2 mai. 2019.
- JORNAL DO BRASIL. “França insiste em ‘linha dura’ para lagostas”, Rio de Janeiro, p. 1, 24 fev. 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015\\_08&pesq="frança+insiste"&pasta=ano+196](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_08&pesq=). Acesso em: 9 abr. 2019.
- JORNAL DO BRASIL. “Da lagosta e de outras guerras”, Rio de Janeiro, 20 mar. 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015\\_08&pasta=ano%20196&pesq=%22nã%20s%20de%20ostas%20sã%20as%20guerras%22](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_08&pasta=ano%20196&pesq=%22nã%20s%20de%20ostas%20sã%20as%20guerras%22). Acesso em: 9 abr. 2019.
- LESSA, ANTONIO CARLOS. “A Guerra da Lagosta e outras guerras: conflitos e cooperação nas relações França-Brasil (1960-1964)”. *Cena Internacional*. a. 1 n. 1, p. 109-120, dez. 1999.
- LIMA, R. L. F. *Guerra e Desarmamento*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1993.
- MACHADO, J.S. Guerra da Lagosta: depoimento. [30 de abril, 2019]. Rio de Janeiro. Entrevista concedida a Marcelo Barbosa de Andrade. [A entrevista encontra-se transcrita no Apêndice a este artigo]
- MUNIZ, Túlio Souza. “A ‘Guerra da Lagosta’: um laboratório para o Golpe de Militar de 1964 e suas abordagens na Imprensa Regional”. *Brasiliana – Journal for Brazilian Studies*, 2013 vol. 2 n. 2 p. 345-370. Disponível em: <https://tidsskrift.dk/index.php/bras/article/view/8029/13321>. Acesso em: 23 mar. 2019.
- MUNIZ, Túlio de Souza. *O ouro do mar: do surgimento da indústria da pesca da lagosta no Brasil à condição do pescador artesanal na História do tempo presente (1955-2000)*. Uma narrativa sócio-histórico marítima. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza (CE), 2005. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/25619>. Acesso em: 23 mar. 2019.
- O ESTADO DE SÃO PAULO. “Onde se pesca lagosta”, São Paulo, p. 1, 23 fev. 1963. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19630223-26944-nac-0001-999-1-not>. Acesso em: 9 abr. 2019.
- O POTI. “Bombas ‘Molotov’ explodiram na União Cultural Francesa”, Natal, p. 1, 3 mar. 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=031151\\_02&pasta=ano+196&pesq=aberto+caminho+para+entendimento](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=031151_02&pasta=ano+196&pesq=aberto+caminho+para+entendimento). Acesso em: 9 abr. 2019.
- PINTO, P. C. A. *Diplomacia e Política de Defesa: O Brasil no debate sobre a segurança hemisférica na década pós-Guerra Fria (1990-2000)*. Brasília: Funag, 2015.
- POGGIO, GRUILHERME. “50 Anos da Guerra da Lagosta e suas lições continuam válidas”. *Forças de Defesa*, São Paulo, a. 3 n. 8, p. 68-85, jul – set 2013.
- RAFFAELLI, Marcelo. “A Guerra da Lagosta: um episódio das relações diplomáticas Brasil-França (1961-1964)”. *Cadernos do Centro de História e Documentação Diplomática*. a. 2 n. 3, p. 361-383, 2 sem. 2003.
- SILVA, OSCAR MOREIRA DA. “A Guerra da Lagosta vista por um tenente, 40 anos após”. *Revista Marítima Brasileira*, Rio de Janeiro, p. 97-107, jan – mar 2004.
- ÚLTIMA HORA. “Sugestão extrema de Hermes a Jango: ‘Rompimento com a França’”, Rio de Janeiro, p. 2, 22 fev. 1963. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=386030&pasta=ano+196&pesq=sugest%20extrema+de+hermes+a+jango>. Acesso em: 9 abr. 2019.
- ÚLTIMA HORA. “Suzano: Marinha de Guerra pronta para o que der e vier ante ameaça francesa”, Rio de Janeiro, p. 1, 23 fev. 1963. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=386030&pasta=ano+196&pesq="ante+ameaça+francesa"](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=386030&pasta=ano+196&pesq=). Acesso em: 9 abr. 2019.

## APÊNDICE

### ENTREVISTA

Sobre o fato histórico que ficou conhecido como “Guerra da Lagosta”, responda as seguintes perguntas:

1 – Qual o navio da Marinha do Brasil em que o senhor era tripulante?

CTE Baependi.

2 – Qual foi a missão dada a esse navio?

Patrulhar a costa entre Fortaleza e Recife, juntamente com a esquadra.

3 – Como o senhor recebeu a notícia?

Estava a bordo quando, não com muito espanto, tomei conhecimento da missão, pois à época a Marinha, os pescadores e a população de uma forma geral (através dos jornais e rádios) já tinham conhecimento que a França levava toneladas de lagosta do nosso país.

4 – Como foi que a tripulação se comportou?

Durante meu tempo de embarque participei de 5 Unidades. Uma por ano. Neste tempo de treinamento ficávamos de 15 a 20 dias de muito exercício no mar. Estes exercícios eram praticados com a Marinha americana e uma outra que não lembro (uruguaia ou outra). Por esta razão não foi de agrado nem de desagrado, pois encaramos como a mesma rotina de

#### Estácio

Continuação da entrevista referente ao TCC intitulado: “Operação Lagosta”: Lições de uma quase guerra. exercícios, só que era real. Torcíamos para que não houvesse um confronto e, como se sabe, não houve.

5 – De maneira livre, descreva o que o senhor recorda sobre o fato.

Lembro que antes do conflito havia muito comentário sobre a invasão dos barcos pesqueiros franceses na nossa costa. Os nossos pescadores foram encurralados, perdendo seu espaço para a pesca. A bordo do Baependi, o que se contava era que a Marinha do Brasil entrou para proteger nossa costa e a marinha francesa ameaçou mandar seus barcos pesqueiros escoltados pela Marinha de Guerra. Nos ficamos guarnecendo a costa, patrulhando para proteção dos nossos pescadores. A noite esse pedaço da costa parecia uma cidade, de tantas luzes que podiam ser avistadas em alto mar. Com a notícia de que essa “guerra fria” havia sido resolvida diplomaticamente nos pudemos voltar para terra.